



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**REQUERIMENTO Nº /2004.**

**(Do Sr. Gonzaga Mota)**

*PROPOE A CRIAÇÃO DE SUBCOMISSÃO  
ESPECIAL DE PROPRIEDADE  
INTELECTUAL.*

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 29, II, combinado com o art. 32, VI, do Regimento Interno da Casa, proponho a criação de Subcomissão Especial de Propriedade Intelectual.

**JUSTIFICATIVA**

Um dos mais importantes empecilhos para o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido o crescente desrespeito à propriedade intelectual em determinados segmentos econômicos.

Este problema é mais crítico em determinados setores, como de softwares e música, segmento em que a pirataria atinge mais da metade do mercado formal. No entanto, este problema não atinge somente estes dois segmentos. O desrespeito à propriedade atinge também os setores de cigarros, bebidas, combustíveis, automobilístico e farmacêuticos, entre outros. Dessa forma, é fundamental o envolvimento de toda a sociedade na busca de soluções para esse problema.

O desrespeito à propriedade intelectual tem acarretado fuga nos investimentos estrangeiros, uma perda considerável de receita por parte do poder público, uma deterioração no ambiente concorrencial, uma piora nas relações trabalhistas e, consequentemente, tem contribuído para a estagnação de diversos segmentos econômicos.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Brasil tem legislação de padrão internacional para proteção à propriedade intelectual. O grande problema é o seu desrespeito e a impunidade para crimes de pirataria e contrabando.

Isto tem gerado enormes problemas para o País. Para exemplificar, o Ministério do Comércio Exterior dos EUA, divulgou em maio passado o relatório anual sobre a proteção da propriedade intelectual em 52 dos principais parceiros comerciais daquele país. Este relatório indicou que, embora tenha havido progresso nas medidas tomadas por grande número de países, a falta de proteção e, sobretudo, a incapacidade de aplicar e fazer respeitar a legislação interna e as medidas previstas no acordo internacional sobre propriedade intelectual (TRIPS) continuam a ser um problema mundial. Infelizmente, o Brasil aparece com destaque nesse relatório e continua incluído na categoria de 'país em observação prioritária' por não oferecer proteção adequada ou não aplicar a legislação interna.

Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, a percepção externa é a de que são vários os problemas que as empresas nacionais e estrangeiras enfrentam no tocante ao respeito à legislação. Entre estes problemas, destacam-se: inoperância do Comitê Interministerial de Combate à Pirataria; ausência de maior coordenação não só entre as agências federais, mas também entre o governo federal e os governos estaduais e municipais; reduzido número de ações penais e condenações; baixo grau dissuasório das penas previstas e aplicadas pela Justiça brasileira e deficiência nos controles de fronteira. Por isso, é bom não esquecermos que a International Intellectual Property Alliance (IIPA) renovou pedido de suspensão das preferências concedidas ao Brasil no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP). O Brasil, dessa forma, se vê ameaçado de perder as vantagens concedidas a cerca de 15% dos produtos brasileiros (representando mais de US\$ 2 bilhões) exportados para o mercado norte-americano com tarifa zero.

A questão da propriedade intelectual é relevante, tem implicações políticas e econômicas e é crítica para a atração de investimentos e para o apoio à inovação gerada no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio tem pautado a sua atuação no debate dos principais temas que contribuem para o desenvolvimento econômico do Brasil. E, portanto, não pode se furtar de dar a sua contribuição para o crescente respeito à propriedade intelectual. Dessa forma, sugiro a criação da Subcomissão de Propriedade Intelectual que terá por finalidade não só continuar a promover a discussão intensa sobre o tema mas, também, fiscalizar a atuação do Poder Executivo. Dessa forma, acredito que o Parlamento estará dando sua contribuição efetiva para a erradicação desse grave problema que assola a economia brasileira.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2004.

Deputado **GONZAGA MOTA**

PSDB/CE